
TRAJETÓRIA ESPACIAL DA PECUÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE: dos campos às florestas

LIVESTOCK SPATIAL TRAJECTORY IN THE PARÁ AMAZON: from fields to forests

José Antônio Guilherme Junior

Doutor em Geografia – PPGeo/UFPA
jaguilhermejr@gmail.com

Mateus Monteiro Lobato

Doutor em Geografia
Professor – UFPA Campus Altamira
monteirolobato@ufpa.br

Gilberto de Miranda Rocha

Doutor em Geografia
PPGDAM/PPGeo – UFPA
gilrocha@ufpa.br

Resumo

Nesse artigo apresentamos uma síntese da trajetória espacial da pecuária na Amazônia paraense, tomando como referência duas fases distintas. A primeira fase abrange o período de 1616-1952, nesse período a pecuária é marcada pela localização nas áreas de pastagem natural, com uma produção marcadamente extensiva e de baixa produtividade. A segunda fase da pecuária compõe o período de 1964-1989, nesse segundo momento ocorre um deslocamento do rebanho em direção a área de floresta. As políticas de Estado empreendidas pelos governos militares tiveram especial impacto na trajetória da pecuária paraense. A abordagem adotada mostra o lastro histórico da atividade deixada na região além da importância no contexto de ocupação e exploração econômica do espaço regional amazônico. Com esse artigo esperamos contribuir de alguma forma no entendimento da trajetória da pecuária na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Amazônia paraense. Trajetória da pecuária. Ocupação e exploração econômica.

Abstract

In this article, we present a synthesis of the livestock spatial trajectory in the Pará Amazon, taking as a reference two distinct phases. The first phase covers the period of 1616-1952, which is a period when livestock is marked by its location in areas of natural pasture, with a markedly extensive production and a low productivity. The second phase of livestock farming comprises the period of 1964-1989, in which there is a herd displacement towards forests areas. State policies undertaken by military governments had special impact on Pará livestock trajectory. The approach adopted shows the historical foundation which was left on the region by this activity, as well as

its importance in the context of occupation and of economic exploitation on the Amazon regional space. With this article, we hope to contribute in some way to the understanding of livestock trajectory in the Brazilian Amazon.

Keywords: Pará Amazon. Livestock trajectory. Occupation and economic exploitation.

Introdução

O geógrafo Orlando Valverde, em 1967, já nos alertava que a pecuária vinha sendo pouco estudada no campo da Geografia, em alguma medida essa realidade, ainda persiste, quando tomamos a Amazônia como recorte empírico. Negligenciar essa prática econômica é negar “[...] seu significado profundo, já que ela é responsável pela ocupação econômica de imensa área do território brasileiro” (VALVERDE, 1967, p. 244).

A proposta aqui reunida visa contribuir no olhar geográfico-espacial da pecuária na Amazônia paraense, tendo como foco a trajetória espacial da atividade, bem como as mudanças determinadas por contextos históricos específicos organizados aqui em fases diferentes, cujas transformações se dão no tempo e no espaço. O texto é baseado nas reflexões desenvolvidas na tese de doutorado, ainda em andamento, intitulada “Territorialização da pecuária na Amazônia paraense: um estudo na Região de Integração do Guamá”.

A trajetória histórica da região geralmente é analisada a partir dos ciclos produtivos, quando se refere ao período colonial, e aos grandes projetos quando se pensa a histórica mais recente da Amazônia (a partir de 1964). O extrativismo e suas consequências têm sido a tônica. Pouco se tem refletido sobre a pecuária, que é uma atividade que acompanha toda a história amazônica desde as primeiras ações colonizadoras orientadas pela coroa portuguesa. Nesse sentido a singularidade desse artigo assenta-se na trajetória espacial da pecuária, em uma fração importante da Amazônia onde a pecuária tem se expandido.

A problemática central da pesquisa é entender quais as características espaciais da pecuária em sua trajetória histórica na Amazônia paraense, tomando como referência duas fases distintas, divididas em períodos históricos diferentes. O núcleo duro do texto é a pecuária paraense ao longo de sua trajetória histórico-espacial, cujo movimento mais contundente foi a passagem, dos pastos naturais e das manchas de territórios isolados a

diversas frentes de ocupação induzidas pelas políticas de Estado, transformando-se em um componente territorial da região.

Para apreender metodologicamente a trajetória da pecuária, optou-se por uma revisão da literatura através da pesquisa bibliográfica e documental. No processo de sistematização e como forma de organizar o discurso dividimos a pecuária paraense em duas fases que compreendem o recorte histórico da pesquisa. São elas: a primeira fase que vai de 1616-1952 e a segunda que abrange o período de 1964-1989. Ainda que essa divisão possa parecer arbitrária, posto que os fatos históricos dificilmente podem ser “congelados” em uma datação rígida, o apontamento desses dois momentos nos auxilia na identificação de algumas mudanças estruturais que ocorreram na pecuária paraense ao longo dos séculos XVII e XX

Ao longo do artigo uma cronologia dos principais fatos foi organizada em forma de quadros no sentido de referenciar a atividade em sua trajetória temporal. O texto está organizado em quatro partes além dessa introdução, um primeiro item que versa sobre a fase inicial pecuária mostrando sua ligação com o processo de colonização e a estruturação de um sistema pecuário marcadamente extensivo que se espalhou sobre pastagens naturais da região; o segundo item trata da segunda fase da pecuária mostrando um movimento fundamental de mudança, impulsionados pelas políticas direcionadas a ocupação da Amazônia que potencializaram a pecuária tornando-a um componente do território, que avançou sobre a floresta; por fim, a conclusão mostra alguns resultados a partir do que foi discutido no artigo.

Primeira fase da pecuária na Amazônia paraense: em direção aos campos naturais

A primeira fase da pecuária que abrange o período de 1616 a 1952 justifica-se pelo fato de que, durante toda essa fase, a pecuária permaneceu sustentada nas mesmas bases, ocupando majoritariamente áreas de várzea e campos naturais, sendo praticada de forma ultra-extensiva e com forte adaptação ao ambiente local.

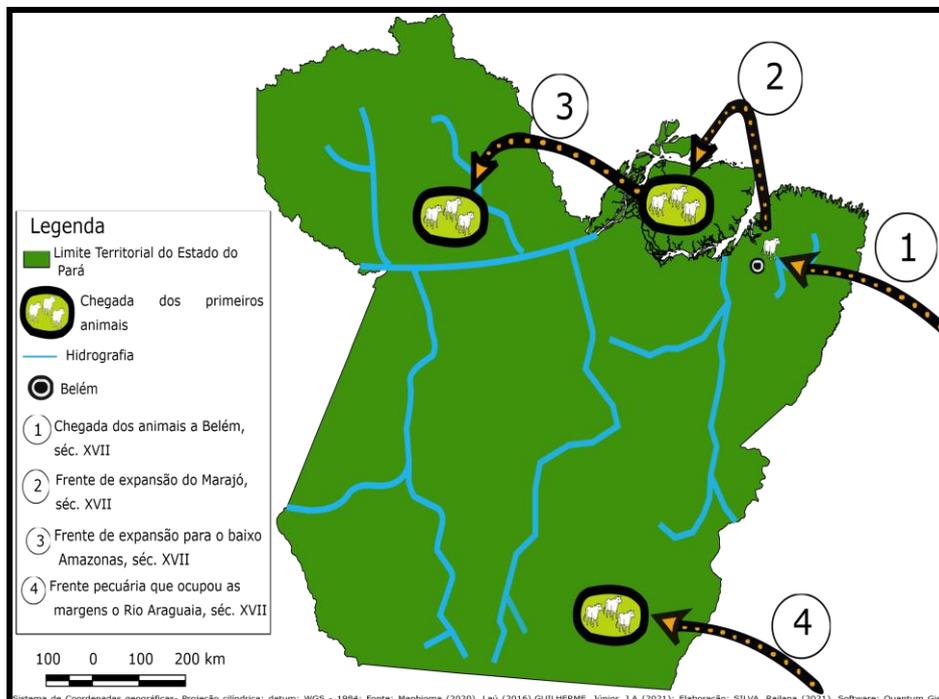
Os movimentos iniciais da pecuária ocorreram no século dezessete, “[...] quando se tem o registro da entrada, através de Belém, no estado do Pará, das primeiras cabeças de *Bos taurus* no vale amazônico” (DIAS-FILHO; LOPES, 2020, s/p). Os animais foram trazidos de Cabo Verde e alojados nas intermediações de Belém em quintais de casas suburbanas, logo depois foram deslocados para as pastagens naturais da Ilha do

Marajó e do Baixo Amazonas, além de fazendas ao longo dos Rios Negro e Solimões (SANTOS, 1980).

Essa primeira fase é fortemente marcada pela concentração da atividade pecuária nas extensões de pastagem nativa, que “[...] situam-se em áreas de várzea e de terra firme, correspondendo às pastagens sujeitas a inundações permanentes ou periódicas” (LÁU, 2006, p. 18). Nesse contexto, frentes pecuárias foram instaladas ao longo do arquipélago marajoara e parte do Baixo Amazonas, configurando “iniciativas pioneiras” na Amazônia paraense, que remontam ao século XVII, na ação colonizadora (LÁU, 2006).

Algumas características espaciais marcaram a pecuária na Amazônia paraense, nessa primeira fase. Em primeiro lugar, a base material da atividade foi as pastagens naturais, com destaque para o arquipélago do Marajó e parte do Baixo Amazonas. O movimento de estruturar as propriedades pecuárias nas adjacências dos pastos naturais atendia à demanda de manutenção dos rebanhos, visto que o pastejo nessas áreas era a principal fonte do suporte alimentar dos animais (DIAS-FILHO; LOPES, 2020).

Uma segunda característica importante foi o caráter ultra-extensivo, definido por Andrade (1976, p. 208) como:



[...] aquele dominante nas áreas subpovoadas, de pastagens pobres e em que a terra não é apropriada individualmente, ou é, mas tem pouco valor. O gado tem aí uma grande facilidade de adaptação ao meio, geralmente hostil”

Uma terceira característica relaciona-se diretamente às duas anteriores, trata-se da baixa produtividade, resultante tanto da forma de criação (marcadamente extensiva) quanto da base alimentar (pastagem nativa).

De forma complementar Dias-Filho e Lopes (2020), traçam um perfil da pecuária amazônica nessa primeira fase, enfatizando as características agrônômicas da atividade, no Quadro 1 estão dispostas essas características.

Quadro 1 – Características da pecuária - primeira fase da pecuária na Amazônia

Características da pecuária	Descrição do fenômeno
Sistemas de produção ultra-extensivos	Os animais eram criados em grandes áreas, com técnicas rudimentares, além de um baixo aproveitamento produtivo na relação entre o número de animais e a área. Tal aspecto resultava, entre outras coisas, na ineficiência do abastecimento local, fato que está presente na quantidade de carne e leite produzidos, insuficientes para abastecer a região.
Animais de baixa qualidade genética	Animais com baixo índice de massa corporal, magros e com muito músculo, eram do tipo “gado crioulos” (gado ‘nacional, ‘comum’, ‘curraleiro’ ou ‘pé-duro’), denominações que indicam animais que geram pequena produção, tanto de carne quanto de leite.
Pastagens Nativas	Pastagem que apresentavam pequena produtividade, já que o valor nutricional era baixo, sendo que, em alguns locais, estavam sujeitas às cheias periódicas do Rio Amazonas e seus afluentes, o que limitava o consumo animal por um período.
Concentração espacial nas áreas de pastagem nativa	Foi o principal substrato espacial da atividade pecuária, pois durante essa primeira fase não ocorreram grandes avanços sobre área florestal.
Insuficiência no abastecimento local	Esse fator gerou uma crise no abastecimento de carne que atingiu o mercado regional, já que a produção não supria as necessidades locais, esse aspecto estava relacionado a uma grande deficiência na estrutura de escoamento da produção, além de insuficiência numérica do rebanho.

Fonte: Dias-Filho; Lopes (2020), organizado pelos autores.

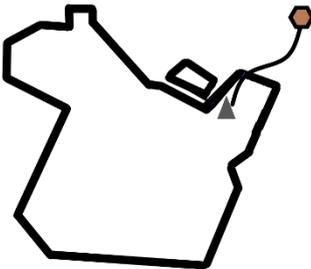
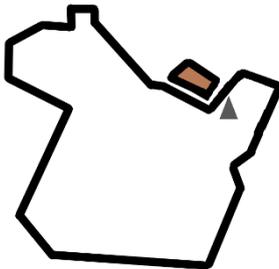
O caráter extensivo e de baixa produtividade indica o papel complementar que a pecuária desempenhava na economia amazônica, auxiliando os diversos “ciclos

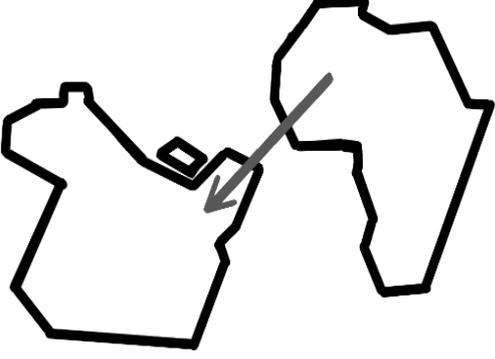
extrativistas” no fornecimento de animais e carne para determinadas regiões da Amazônia paraense.

Nesse primeiro momento, até aqui identificado, alguns eventos são estruturantes para o desenvolvimento da pecuária, cuja a cronologia passa pela chegada dos primeiros animais, a vinda de mão de obra e a criação de órgãos e infraestrutura que permitiram o desenvolvimento da atividade na região. Nessa direção, para melhor delinear os acontecimentos, organizou-se o Quadro 2, que identifica eventos e instituições relacionadas à pecuária nessa primeira fase.

Quadro 2 – Instituições e fatos relevantes relacionados à pecuária na Amazônia (1ª fase)

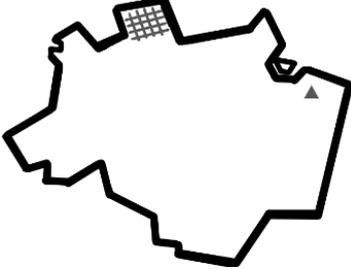
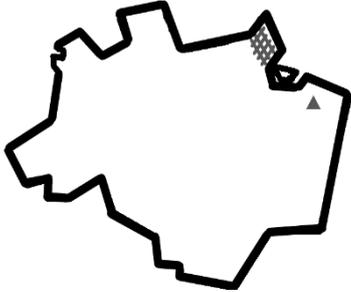
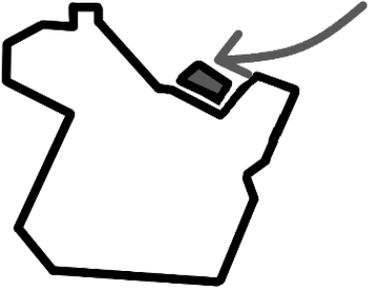
Continua

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1616	Fundação do núcleo urbano de Belém		Centro econômico e ponto de contato com a Europa através do porto.
1622	Chegada de 45 bovinos de Cabo Verde		Trazidos para Belém pelos colonizadores, essa ação dá início à atividade pecuária na Amazônia.
1680	Estabelecimento da primeira fazenda pastoril na Ilha do Marajó		Localizada na margem esquerda do rio Muaná, foi fundada pelo português Francisco Rodrigues Pereira.

1682	Entrada dos primeiros escravos no Pará		Trazidos pela da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para trabalhar na agricultura e pecuária.
------	--	--	--

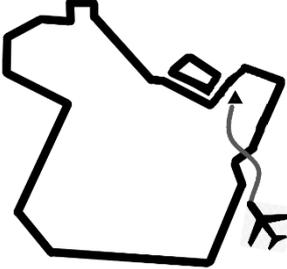
Quadro 2 – Instituições e fatos relevantes relacionados à pecuária na Amazônia (1ª fase)

Continuação

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1718	Chegada de Cavalos em Roraima		Sua criação de maneira extensiva e a adaptação ao ambiente local resultou no “Lavradeiro de Roraima”.
1725	Início da criação de gado bovino no Amapá		Foram distribuídos nos campos de Macapá.
1882	Introdução de búfalos no Marajó		Foram introduzidos por Vicente Chermont de Miranda. Os animais apresentaram excelente adaptação aos campos marajoaras.

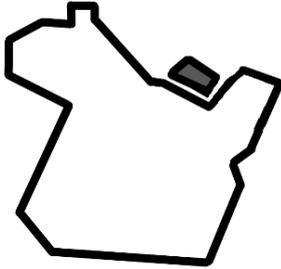
Quadro 2 – Instituições e fatos relevantes relacionados à pecuária na Amazônia (1ª fase)

Continuação

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1887-1890	Grande seca no Nordeste brasileiro		Provocou a migração de camponeses e trabalhadores rurais para a Amazônia.
1939	IAN		Criação do Instituto Agrônomo do Norte.
1947	Abastecimento de Belém via aérea.		O abastecimento de parte da carne bovina consumida em Belém – PA, passou a ser feito também por via aérea, por meio dos chamados “aviões carnicheiros”.

Quadro 2 – Instituições e fatos relevantes relacionados à pecuária na Amazônia (1ª fase)

Conclusão

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1952	Realização da primeira exposição de gado no arquipélago do Marajó.		Fato que exemplifica a tradição desse polo de pecuária na Amazônia paraense.

Fonte: Homma (2016); Dias-Filho; Lopes (2020).

É notório, nessa cronologia, a vinculação entre a pecuária e o processo de colonização, visto que, seis anos após a fundação de Belém, os primeiros animais já foram trazidos para a região, e o que se segue é a instalação de diversas fazendas entre a Ilha do Marajó, Roraima e o Amapá. Os rebanhos cumprem um importante papel na fixação e controle de parte do território, além do abastecimento local de carne e leite. A mão de obra utilizada foi a escrava africana, em um primeiro momento, mas, posteriormente, camponeses nordestinos também vieram para a região e foram empregados no manejo pecuário.

O caráter desbravador da atividade manifesta-se na distribuição de rebanhos por regiões que possuíam campos de pastagem natural, em espaços relativamente isolados como o Amapá, Roraima e o Marajó. O resultado desse isolamento pode ser percebido, por exemplo, na constituição de espécies animais endêmicos como o “lavradeiro de Roraima” e o “búfalo do Marajó”.

As manchas pastoris, imbricadas com a floresta, permitiram a reprodução de sistemas produtivos onde os animais eram criados “soltos”, sem a necessidade eminente das cercas e do controle privado da terra. Ainda segundo o Quadro 1 é possível observar que a produção pecuária não garantia o abastecimento do mercado regional, fato que se expressa, por exemplo, pelo abastecimento aéreo identificado em 1947, no qual os animais eram trazidos de outros estados para abastecer o Pará (DIAS-FILHO e LOPES, 2020).

A finalização dessa fase é, aqui, identificada com a realização, em 1952, da primeira exposição de gado no arquipélago do Marajó, o que ainda simboliza uma certa prosperidade da atividade em um dos polos tradicionais da pecuária paraense. Essa circunstância irá mudar com a estruturação de uma nova pecuária induzida pelas políticas direcionadas à região, a partir dos governos militares.

Em resumo, é possível concluir que esse primeiro momento da pecuária na Amazônia paraense foi marcado pela espacialização de um sistema pecuário ultra-extensivo, com iniciativas pioneiras que acompanharam o processo histórico de formação da região, sendo trazidos os primeiros animais alguns anos depois da fundação de Belém (Quadro 2). As áreas de pastagem natural funcionaram como a base de sustentação e o espaço de expansão da pecuária, nessa primeira fase. A baixa produtividade foi o resultado direto das características acima apontadas. Nesse contexto, o rebanho não fez grandes avanços sobre a floresta, fato que irá mudar com as políticas de ocupação direcionadas à região a partir dos anos 1960.

A segunda fase da pecuária na Amazônia paraense: a ocupação da floresta

Essa segunda fase abrange o período de 1964 a 1989, contexto em que ocorre uma mudança estrutural na espacialização da pecuária, que passa a se deslocar dos campos naturais para os ecossistemas do cerrado e da floresta equatorial. Em um delineamento maior dessa transição espacial, a ADEPARA (2012) destaca que:

[...] o processo de deslocamento de parte da pecuária das áreas de pastagens nativas para as de pastagens cultivadas formadas em regiões ocupadas por florestas primárias foi resultante da abertura das chamadas rodovias de Integração Nacional como a Belém-Brasília, Transamazônica, Perimetral norte e outras, e de condicionantes extremamente vantajosas oferecidas pelo Governo Federal, através de incentivos fiscais, da disponibilidade de terras a baixo custo e das extremas dificuldades impostas por aspectos logísticos das regiões de pastagens nativas (ADEPARA, 2012, p. 11)

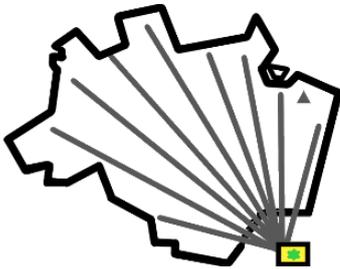
Nessa nova fase, o movimento de deslocamento gradativo da produção pecuária e das áreas de pastagem natural às áreas de pastagem cultivada, tem relação direta com as ações do Estado que facilitaram a penetração e expansão do capital. Como parte desse processo, grupos empresariais e fazendeiros de outras regiões priorizaram a aquisição de terras ao longo dos eixos rodoviários. No caso da Amazônia paraense, essa

fase da pecuária manifestou-se com maior intensidade nas regiões Sul e Sudeste, que passaram a ter os maiores rebanhos bovinos (CASTRO; MARQUES; ACIOLI, 2010).

Durante a ditadura cívico-militar no Brasil (1964-1985), a Amazônia foi considerada como um espaço de ação do Governo Federal. A região esteve no foco do planejamento estatal, cuja característica mais acentuada foi a centralização da ação político-institucional. Os militares enxergavam nesse complexo regional uma grande fonte de recursos e potencialidades para o desenvolvimento nacional. A região mostrou-se como um espaço estratégico para as ações do governo central, conforme está listado no Quadro 3.

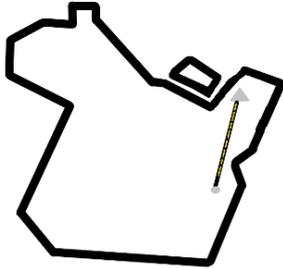
Quadro 3 – Ações políticas e institucionais direcionadas à Amazônia entre 1964 e 1989.

Continua

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1964	GOLPE MILITAR		Para a Amazônia, representou a implementação sistemática de processos de ocupação, infraestrutura e apropriação dos recursos naturais.
	ESTATUTO DA TERRA		Lei nº 4.504, de 30 de novembro, que implantou os fundamentos legais para a reforma agrária.

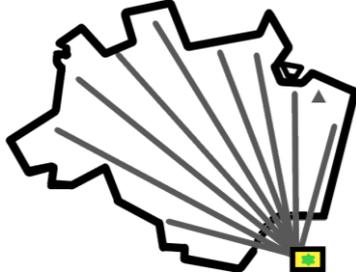
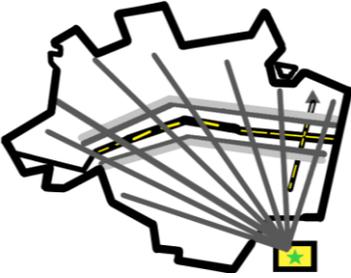
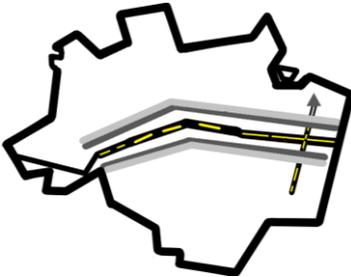
Quadro 3 – Ações políticas e institucionais direcionadas à Amazônia entre 1964 e 1989.

Continuação

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1965	ACAR INCRA		Criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará. Criado através do Decreto nº 55.889. Permitiu processos de colonização dirigida à Amazônia.
1966	SUDAM BANCO DA AMAZÔNIA LEI nº 1.105		Instituições administrativas e financeiras que constituíram a ampliação da pecuária na região, mediante as políticas de crédito e incentivos fiscais. Criou os incentivos fiscais para empreendimentos florestais na região.
1969	RODOVIA PA-70		Conectando Marabá à Rodovia Belém-Brasília, deu início à quebra da hegemonia das elites ligadas à Castanha.

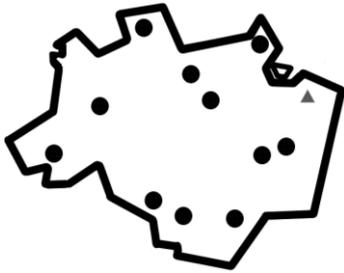
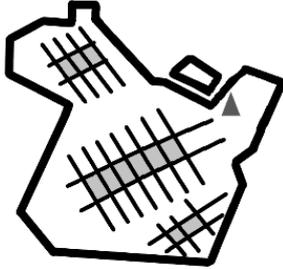
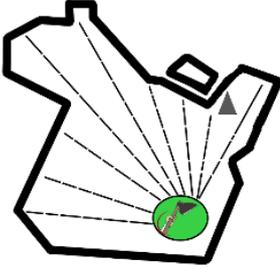
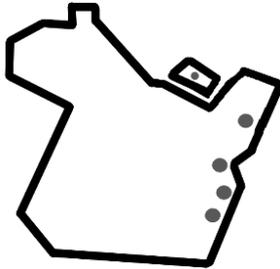
Quadro 3 – Ações políticas e institucionais direcionadas à Amazônia entre 1964 e 1989.

Continuação

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1970	I PIN		Programa federal que tinha o objetivo de implementar obras de infraestrutura econômica e colonização no Norte e Nordeste do país.
1971	DECRETO-LEI n° 1.164		O Decreto considerou como sendo de segurança nacional, uma faixa de 100 km de largura de cada lado do eixo das rodovias federais construídas e por construir na Amazônia.
1972	IPDA TRANSAMAZÔNICA		Fortaleceu a região amazônica como fronteira agrícola. Importante via de ligação entre a Amazônia e o Nordeste. As margens foram utilizadas como espaços de colonização oficial.

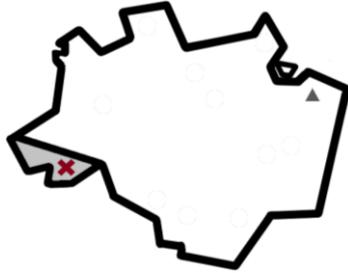
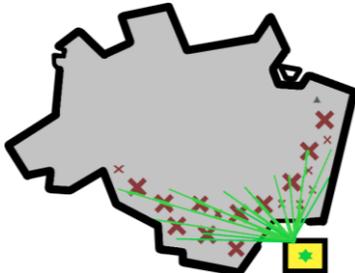
Quadro 3 – Ações políticas e institucionais direcionadas à Amazônia entre 1964 e 1989.

Continuação

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1974	POLAMAZÔNIA		Programa criado com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia.
1975	II PDA		Fortaleceu a Amazônia como fronteira agromineral.
	ITERPA CPT		Criação do instituto de terras do Pará. Fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à linha missionária da CNBB, com o objetivo de acompanhar e assessorar os trabalhadores rurais e suas organizações.
1976	PROPASTO		Projeto de Melhoramento de Pastagens da Amazônia, com recursos do Basa/Polamazônia.

Quadro 3 – Ações políticas e institucionais direcionadas à Amazônia entre 1964 e 1989.

Conclusão

Ano	Evento/Instituição	Cartograma	Descrição
1988	ASSASSINATO DE CHICO MENDES PRESIDENTE JOSÉ SARNEY		A morte do ativista teve repercussão internacional o que provocou uma série de pressões com relação à questão ambiental, tal aspecto impactou na pecuária. Assinou o Decreto nº 96.944, criando o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal.
1989	IBAMA FNO DECRETO nº 97.637		Órgão criado para combater e fiscalizar a degradação dos recursos florestais na Amazônia. Criado pela lei nº 17.827 o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, importante instrumento de financiamento de produtores rurais. Suspendeu a concessão de recursos do Finam e créditos oficiais para a pecuária na Região Amazônica.

Fonte: Homma (2016) – adaptado pelo autor.

As políticas públicas direcionadas à Amazônia pelos governos militares influíram diretamente na trajetória da pecuária na região, pois as ações estatais

potencializaram frentes econômicas que tinham a pecuária como um de seus trunfos. Como está disposto no Quadro 2, as políticas foram desde um aparato institucional e jurídico até obras de infraestrutura. Essas ações foram chamadas por Becker (2001) de “malha programada”, cujo produto resultou na apropriação física e no controle do território pelo Estado.

A pecuária foi utilizada como um meio que permitiu a diferentes atores, a aquisição de grandes extensões de terra e benefícios econômicos, além de subsídios e lucros potenciais. A região foi propagandeada como o “oásis” de potenciais lucros para os investidores que optassem por direcionar seus capitais para a Amazônia.

Entre os atrativos estavam a riqueza mineral, a consolidação de uma rede de infraestrutura energética, viária, além da pecuária, todos os projetos eram passíveis de receber incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA), conforme é possível verificar na propaganda vinculada a esses dois órgãos na Figura 2.

Figura 2 – Propaganda pública direcionada a atrair investidores para a Amazônia.



Fonte: INESC (2014)

Como salienta Smeraldi; May (2008) a iniciativa privada respondeu positivamente à campanha governamental e desencadeou um processo de ocupação e exploração das riquezas na região, em um ritmo mais acelerado do que poderia prever o

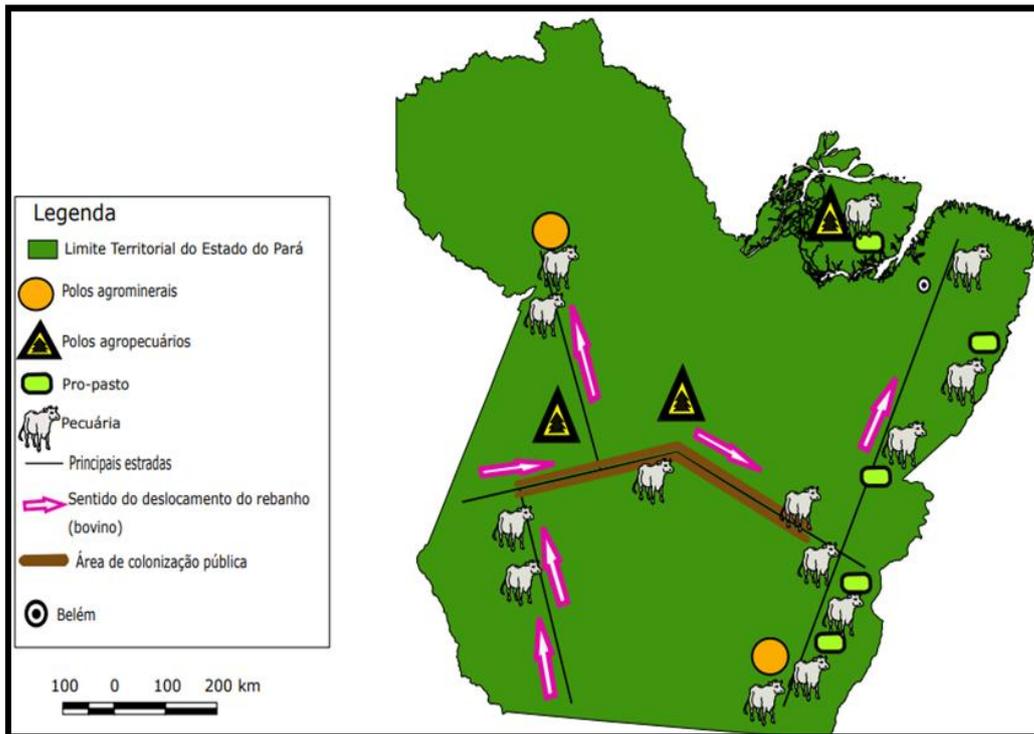
Estado, fato que resultou em uma ocupação desordenada que acabou gerando danos ao meio ambiente e à sociedade local. A criação da SUDAM e do BASA, em 1966, dão sustentação legal e financeira ao projeto almejado pelo Governo Federal, pois a primeira possuía, entre outras atribuições, a administração da política de incentivos fiscais, e o segundo funcionava como depositário dos incentivos.

A aprovação da lei nº 5.174 de 1966 ampliou o pacote de incentivos fiscais e, conforme destaca Hall (1991), concedeu a isenção fiscal de metade do valor do imposto de renda aos que investissem nos setores da agricultura, pecuária, indústria e serviços. Sobre esse aspecto também se destaca que:

[...] Em decorrência dessa política de incentivos, houve uma migração massiva de grandes investidores para a região. Na época, grande parte desses investidores optaram pela agropecuária (pecuária de corte extensiva) como a principal linha de projeto submetido à aprovação (...). A razão para isso é que em uma região extremamente carente de infraestrutura e de mão de obra qualificada, como era a região amazônica dos anos 1960 e 1970, a pecuária de corte extensiva era uma atividade conveniente. Essa conveniência provinha da sua menor necessidade de infraestrutura, aporte de tecnologia, recursos financeiros e mão de obra para a implantação e condução. Ademais, essa atividade permitia a mais rápida ocupação de área (uma exigência da política fundiária da época) e potencial de retorno do capital investido, quando comparada a outras atividades produtivas (DIAS-FILHO, 2020, p. 17).

Como se percebe, diretamente relacionada às políticas de isenção fiscal e financiamento estava a aquisição de terras, que se transformou em uma fonte de lucro para o capital privado. De acordo com Loureiro (2004), o Estado, ao ampliar os incentivos fiscais para o setor agropecuário produziu um forte estímulo à aquisição de terras, já que estas eram apresentadas com um valor bem acima do preço real, além de serem, indevidamente, somadas como parte do capital das empresas. Nesse sentido, essa pecuária subsidiada estava diretamente associada à consolidação do latifúndio e à inserção da dinâmica econômica regional. No Cartograma 1, tem-se uma síntese da dinâmica da pecuária na Amazônia paraense.

Cartograma 1 – Síntese da segunda fase da pecuária na Amazônia paraense



Fonte: SUDAM (1973); MELO (2006), organizado pelo autor.

É possível afirmar que, durante os governos militares, a pecuária dispunha de um ambiente institucional e político favorável à sua expansão, já que parte da estratégia governamental era ocupar a região “pela pata do boi” (VEIGA *et al.*, 2004). As estradas, junto com as políticas de atração do capital fundiário, formaram eixos de inserção da atividade pecuária na região e induziram uma mudança no padrão de ocupação territorial que passaram a priorizar as áreas de terra firme, avançando a fronteira em direção à floresta.

Ao longo das rodovias federais, território controlado pelo governo central, a indução do capital produziu a concentração de parte do rebanho que se espacializou em diversas frentes da Amazônia paraense. A pecuária tornou-se um componente do território, visto que ganhou importância cada vez maior na economia regional. O resultado do período posterior a 1989 é de crescimento substancial da pecuária bovina que no contexto atual figura como uma das principais *commodities* da economia paraense.

Considerações finais

A pecuária paraense, ao longo de sua trajetória, sofreu transformações estruturais, que resultaram na mudança de seu espaço de ação. Houve uma gradativa mudança dos pastos naturais e da ocorrência em territórios isolados, a uma expansão induzida por políticas estatais, que fizeram da pecuária um componente do território na região.

A dinâmica da pecuária na Amazônia paraense, ao longo do tempo analisado, está diretamente relacionada ao processo histórico de ocupação da região. Desde modo no período colonial, a atividade faz-se presente de forma a auxiliar em outros ciclos econômicos. Na primeira fase, a pecuária é marcadamente extensiva, tendo ocupado, prioritariamente, as áreas de pastagem natural. A baixa produtividade, resultante dos sistemas de produção “tradicionais”, acarretou uma deficiência no abastecimento da região.

A segunda fase é marcada pela transição do *locus* de produção que migra dos pastos naturais em direção à floresta e à terra firme. O sustentáculo dessa expansão são as políticas subsidiárias do Governo Federal que, no período militar, construíram um ambiente favorável à expansão do gado sobre a região Amazônica. A pecuária passa a acompanhar o movimento das estradas e os órgãos de financiamento induzem a vinda de fazendeiros em busca de terras na região.

A SUDAM e o BASA desempenham um papel fundamental, criando vantagens, seja através dos incentivos fiscais ou via empréstimos, que acabaram por contribuir não só no avanço da produção como também na aquisição de terras em todo o complexo regional amazônico. A pecuária, como se mostrou ao longo do artigo, vem desempenhando, historicamente, um importante papel no processo de construção e apropriação da Amazônia paraense, desde os primeiros passos de sua constituição. Neste artigo, tentamos exprimir a existência de diferentes características geográficas da pecuária, ao longo da história amazônica, quando comparados esses dois períodos.

No que tange a principal diferenciação entre os dois momentos aqui destacados, é perceptível que no primeiro caso a pecuária funcionou enquanto uma atividade muito mais endêmica, que muda completamente com a ação estatal que a torna um

componente fundamental do território crescendo em diversas frentes ao longo da estrutura construída pelo estado pós-1960. Adquire, portanto, uma importância regional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas. 1976.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia, é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, p. 135 – 139.

CASTRO, R. M.; MARQUÊS, S. G.; ACIOLI, F. J. E. Atividade da pecuária, atores, mercado e cadeias produtivas. In: MENEZES, C. R. C., MONTEIRO, M. de A.; GALVÃO, I. M. F. (Ed.téc.). **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v. 21x30 cm.

DIAS-FILHO, B.; LOPES, S. J. M. **Histórico e desafios na pecuária bovina na Amazônia**. – Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2020. 34 p.; 16 cm x 22 cm. – (Documentos / Embrapa Amazônia Oriental, ISSN 1983-0513; 454).

HALL, A. **Amazônia: Desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016. ISBN ISSN 1983-0513.

IDESP/ADEPARÁ – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará/Agência de Defesa Agropecuária do Pará. **Dinâmica pecuária bovina e bubalina no estado do Pará: 1990-2010**. Belém: IDESP/ADEPARÁ, 2012, 259 p.

LÁU, H. D. **Pecuária no Estado do Pará: índices, limitações e potencialidades**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. 36p.; il.; 21cm. – (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 269).

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, homem, Natureza**. 2ª ed. Belém: CEJUP, 2004.

MELLO, N. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablumme, 2006.

SANTOS, R. A. de O. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SMERALDI, R.; MAY, P. **O reino do gado: uma nova fase na pecuarização da Amazônia Brasileira**. Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, São Paulo. 2008.

SUDAM. **Os problemas e desafios da Amazônia Brasileira**. Assessoria de programação e coordenação. Divisão de documentação. Belém, 27 p., 1973.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. **Finisterra**, [S. l.], v. 2, n. 4, 1967.
DOI: 10.18055/Finis2524. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2524>. Acesso em: 10 mar. 2022.

VEIGA, B. J. *et. al.* **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**. Pará, Brasil: Brasília. 2004. 162p.

Recebido em 14/03/2022. Aceito para publicação em 28/07/2022.
--